

De território de exploração a território de esperança: organização agrária e resistência camponesa no semi-árido paraibano

Emília Moreira

Doutora em Geografia (Estudos da América Latina) pela Université de Paris III (1988)
Professora do Departamento de Geociências e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Paraíba – UFPB

Pesquisadora do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq
Endereço: Av. Castelo Branco, João Pessoa, Paraíba, Brasil. CEP.58059-900. Departamento de Geociências, Centro de Ciências Exatas e da Natureza, Universidade Federal da Paraíba (Campus I)
Telefone: (83) 3216-7432, Ramal: 25. Fax: (83) 3216-7750.
Endereço eletrônico: erodat@hotmail.com

Ivan Targino

Doutor em Economia pela Université Paris I (1982)
Professor do Departamento de Economia e do Programa de Pós-Graduação em Economia da UFPB
Endereço eletrônico: ivantarginomoreira@yahoo.com.br

Resumo

Este artigo procura analisar os avanços e desafios da agricultura camponesa na região semi-árida da Paraíba, enquanto etapas da construção/consolidação de “Territórios de Esperança”. Ele parte da discussão sobre a concepção de espaço e território na busca da construção do conceito de “Território de Esperança”. Em seguida resgata o processo histórico de produção do espaço agrário do semi-árido paraibano e as mudanças recentes na sua organização, aborda a política fundiária do Estado, evidenciando os seus resultados através da criação de assentamentos rurais, no período de 1985 a 2005 e, por último, apresenta algumas estratégias de viabilização dos assentamentos e da agricultura camponesa em geral enquanto forma de consolidação dos “Territórios de Esperança”.

Palavras-chave: território; campo; semi-árido; política fundiária; assentamentos rurais.

Resumen

De territorio de explotación a territorio de esperanza; organización agraria y resistencia campesina en la región semiárida de Paraíba

Este artículo busca analizar los avances y desafíos de la agricultura campesina en la región semiárida de Paraíba, como etapas de la construcción/consolidación de "Territorios de Esperanza". Parte de la discusión sobre las concepciones de espacio y territorio buscando construir el concepto de "Territorio de esperanza". A continuación recupera el proceso histórico de la producción del espacio agrario de la región semiárida y las transformaciones recientes de su organización; aborda la política agraria del Estado, evidenciando los factores de presión para tal acción y sus resultados a través de la creación de asentamientos rurales, en el período de 1985 a 2005 y, por último, presenta algunas de las estrategias viables para asentamientos y para la agricultura campesina en general, como formas de consolidación de los "Territorios de Esperanza".

Palabras clave: territorio; campo; región semiárida; política agraria; asentamientos rurales.

Abstract

From exploitation territories to ones of hope: Agrarian organization and peasant resistance in semi-arid Paraíba

The aim of this article is to analyze the conquests and challenges of peasant agriculture in the semi-arid areas of Paraíba state as steps in the construction/consolidation of “Territories of Hope.” It begins with a discussion of the conceptualization of space and territory as it seeks to construct the “Territories of Hope” concept. Furthermore, it surveys the history of the production of agricultural space in semi-arid Paraíba, including recent changes in its organization. It reviews state land policy, emphasizing the effects of the growth of agrarian reform settlements in the period 1985 to 2005. Finally, it presents some strategies for consolidating the viability of the settlements and peasant agriculture in general as “Territories of Hope.”

Keywords: territory; countryside; semi-arid areas; land policy; rural settlements.

Construindo o conceito de Território de Esperança: um processo inicial de reflexão

Este trabalho tem como objetivo analisar os avanços e os desafios da agricultura camponesa na região semi-árida da Paraíba, enquanto etapas da construção/consolidação de “Territórios de Esperança”. Parte-se da discussão sobre a concepção de espaço e território de forma a possibilitar a construção do conceito de “Território de Esperança”¹. Mais precisamente, tomou-se como base dessa construção a concepção de espaço desenvolvida por Milton Santos. Segundo esse autor, o espaço é socialmente produzido, isto é, “criado pelo trabalho humano como natureza segunda, natureza transformada, natureza social ou socializada” (SANTOS, 1980: p.163), ou ainda, é “o resultado da ação dos homens sobre o próprio espaço, intermediados pelos objetos naturais e artificiais” (SANTOS, 1996: p.71). Visto por este prisma, o espaço é compreendido na sua indissociabilidade com o tempo, indissociabilidade esta que se realiza, segundo Santos (1997), por intermédio das técnicas. Nesse sentido, o espaço é entendido como coexistência de tempos, tempos tecnológicos diferentes,

que cohabitam, resultando daí inserções diferentes do lugar no sistema ou na rede mundial (mundo globalizado), bem como resultando diferentes ritmos e coexistências nos lugares. Estas diferentes formas de coexistir constituem materializações diversas, por consequência espaço(s) geográfico(s) complexo(s) e carregado(s) de heranças e de novas possibilidades. (SUERTEGARAY, 2001)

Assim sendo, o espaço geográfico e o espaço agrário como um dos seus segmentos não constituem algo dado e acabado, mas algo dinâmico, determinado historicamente, um produto da ação do homem sobre a natureza e das relações que se estabelecem entre os homens através do processo de trabalho ao longo do tempo histórico.

No que se refere ao território, seu conceito foi formulado ainda no século XVII pelas ciências naturais, a Botânica e a Zoologia, para designar a área de influência e de predomínio de um determinado grupo de espécie animal ou vegetal.

¹ Não é pretensão deste artigo discutir em profundidade o conceito de “território de esperança”, mas tão somente enunciá-lo. Isto porque o mesmo deverá ser amplamente discutido no âmbito do projeto de pesquisa “Territóri(os) de Esperança” aprovado pelo CNPq para ser desenvolvido por Emilia Moreira junto ao PPGG/UFPB.

Na Geografia, coube a Friedrich Ratzel, no final do século XIX, a primeira sistematização do conceito de território. Para ele, o território representa não só as condições de trabalho e de existência de um povo como também um dos elementos fundamentais da formação e da garantia de existência do Estado. Ele coloca no centro de suas análises a necessidade de domínio territorial pelo Estado e estabelece que as possibilidades de progresso ou a inviabilização de uma dada sociedade dependem dos limites e das potencialidades impostos pelas condições naturais. Desse modo, o território é para Ratzel, um “espaço vital” que tem como referência básica a relação entre sociedade e recursos disponíveis (RATZEL, F. apud CAPEL, 1981). Essa concepção clássica de território acha-se relacionada à idéia de natureza e sociedade configuradas por um limite de extensão do poder, caracterizando-se, dessa forma, como um conceito político.

Negligenciada durante muito tempo, a questão do território emerge na atualidade de forma vigorosa, na esteira das mudanças econômicas, sociais e políticas que se processam em nível global. A discussão, porém, tem se pautado por uma falta de consenso sobre o seu significado, resultando numa multiplicidade de enfoques e conceitos. Numa tentativa de sistematização, Haesbaert (1997) agrupou as abordagens conceituais mais utilizadas em três vertentes, por ele, consideradas como básicas: a jurídico-política, a cultural (ista) e a econômica.

A abordagem jurídico-política, mais tradicionalmente difundida, focaliza o território “a partir de sua natureza política vinculada às concepções de Estado e fronteira” (HAESBAERT, 1997: 33).

A abordagem cultural (ista) de território é aquela que prioriza a identidade espacial como produto de uma apropriação da dimensão simbólica e mais subjetiva do espaço. Embora esta abordagem tradicionalmente tenha se colocado em oposição à abordagem naturalista, ela também valoriza a relação do homem com a terra, com o seu espaço, através dos sentidos e da sua sensibilidade. O território é entendido “como produto da apropriação feita através do imaginário e/ou da identidade social sobre o espaço” (HAESBAERT, 1997: 39) e é tratado não apenas como território, mas também como lugar,

um imperativo, não tanto para a sobrevivência física dos indivíduos, mas, sobretudo para o ‘equilíbrio’ e a harmonia homem-natureza, onde cada grupo social estaria profundamente enraizado a um ‘lugar’ ou a uma paisagem, com a qual particularmente se identificaria (HAESBAERT, 2002: 118).

A abordagem econômica destaca a “desterritorialização em sua perspectiva material, concreta, como produto espacial do embate entre classes sociais e da relação entre capital-trabalho” (HAESBAERT, 1997: 40).

Apesar dessa tentativa de agrupar as diferentes abordagens conceituais de território, o próprio Haesbaert admite sua multidimensionalidade conceitual. Nessa multidimensionalidade, porém, dois aspectos estão sempre presentes: as noções de apropriação e de dominação. Nessa direção, destacam-se, entre outras, a posição de Raffestin, a de Lefèbvre, a de Milton Santos e a do próprio Haesbaert.

Raffestin distingue “territórios concretos” de “territórios abstratos” ao diferenciar espaço de território. O espaço seria “a realidade material preexistente” e o território o produto de uma ação social de apropriação do espaço que se dá tanto de forma concreta como abstrata (RAFFESTIN, 1993). Como tal, “se inscreve sempre num campo de poder não apenas no sentido de apropriação física, material (através das fronteiras jurídico-políticas, por exemplo), mas também imaterial, simbólica” (HAESBAERT, 1997: 40).

Lefèbvre distingue espaços dominados de espaços apropriados e considera que a apropriação e a dominação embora devessem aparecer juntas, a história (a da acumulação) é também a história da sua separação, da sua contradição (LEFÈBVRE, 1986) onde o dominante sempre ganha. Nesse sentido, segundo Haesbaert (1997), pode-se identificar no conceito de apropriação de Lefèbvre,

um processo efetivo de territorialização, que reúne uma dimensão concreta, de caráter predominantemente 'funcional', e uma dimensão simbólica, afetiva. A dominação tende a originar territórios puramente utilitários e funcionais, sem que um verdadeiro sentido socialmente compartilhado e/ou uma relação de identidade com o espaço possa ter lugar (HAESBAERT, 1997: 41).

Haesbaert, na sua obra *Des-territorialização e identidade – a rede gaúcha no Nordeste*, ao descrever o que Santos chamou de “saga de duas regiões que se encontram” (SANTOS, apud HAESBAERT, 1997: 11), prioriza o caráter político-cultural do território presente nas abordagens de Lefèbvre e Raffestin, sem perder de vista o viés econômico que o envolve.

Milton Santos (1980: 189) distingue, de modo muito amplo, território de espaço, sendo o território “imutável em seus limites, uma linha traçada de comum acordo ou pela força”, que não tem necessariamente a mesma extensão através da história, porém, num certo momento, “representa um dado fixo”. Já o espaço é o território:

encarado segundo a sucessão histórica de situações de ocupação efetiva de um povo – inclusive a situação atual – como resultado da ação de um povo, do trabalho de um povo, resultado do trabalho realizado segundo as regras fundamentadas do modo de produção adotado e que o poder soberano torna em seguida coercitivas (SANTOS, 1980:189).

Na Geografia Agrária brasileira, Ariovaldo Umbelino de Oliveira também buscou em autores como Raffestin e Lefèbvre bem como em Quaini, Chesnais, Lacoste, entre outros, a base sobre a qual assentou sua concepção de território. Para Oliveira, o território é concebido como:

síntese contraditória, como totalidade concreta do processo/mo de produção/distribuição/circulação/consumo e suas articulações e mediações supraestruturais (políticas, ideológicas, simbólicas etc.) em que o Estado desempenha a função de regulação (OLIVEIRA, 2002:74).

Assim sendo, o território constitui-se como um:

produto concreto da luta de classes travada pela sociedade no processo de produção de sua existência. (...) Dessa forma, são as relações sociais de produção e o processo contínuo/contraditório de desenvolvimento das forças produtivas que dão configuração histórica específica ao território. Logo o território não é um *prius* ou um *a priori*, mas a contínua luta da sociedade pela socialização igualmente contínua da natureza. (...) a construção do território é contraditoriamente o desenvolvimento desigual, simultâneo e combinado, o que quer dizer: valorização, produção, reprodução. (...) Isso significa que, sob o modo capitalista de produção, a valorização é produto do trabalho humano nas suas diferentes mediações sociais, a produção é produto contraditório de constituição do capital e a reprodução é produto do processo de reprodução ampliada do capital (OLIVEIRA, 2002:74-75).

Fernandes e Molina (2004) definem território “como o espaço político por excelência, campo de ação e de poder, onde se realizam determinadas relações sociais”, sendo seu conceito “fundamental para compreender os enfrentamentos entre a agricultura camponesa e o agronegócio, já que ambos projetam distintos territórios” (53-54).

Sem negar a polissemia presente no termo território, considera-se, porém, a sua apreensão múltipla como a mais adequada. Isto na medida em que se entende a multiplicidade não como resultado da soma de idéias desagregadas, mas como a articulação de idéias que se fundem na busca da unidade, da totalidade. Assim, neste estudo, o território é entendido: a) como um espaço concreto, definido por fronteiras e

delimitado por e a partir de relações de poder que se estabelecem e se transformam ao longo do tempo histórico; b) como uma porção do espaço socialmente produzido, que exprime as características do espaço a que pertence, porém, destaca-se pela dimensão que assume enquanto objeto de disputa e de enfrentamentos. Nesse sentido, concorda-se com Raffestin de que o território é um produto de uma ação social de apropriação do espaço, que se dá tanto de forma concreta como abstrata. Cabe também aqui a noção de apropriação de Lefèbvre enquanto processo efetivo de territorialização, que assume também uma dimensão tanto concreta como simbólica; c) como um produto da luta de classes e do confronto entre capital e trabalho.

Essa forma de apreensão do território, quando aplicada ao estudo da questão agrária, permite, entre outros:

a) identificar os espaços de disputa e/ou de controle econômico, político e social dos grupos de confronto na questão da terra: de um lado, os latifundiários e, do outro, os camponeses, sejam eles pequenos produtores ou trabalhadores sem terra;

b) delimitar os espaços de disputa e/ou de controle econômico, político e social dentro do próprio grupo oligárquico regional;

c) perceber formas simbólicas-subjetivas de apropriação do território;

c) dar visibilidade aos processos responsáveis pelos enfrentamentos e disputas por frações do território;

d) identificar os processos de territorialização, des-territorialização e/ou re-territorialização, resultantes da luta entre capital e trabalho no campo.

Com base nesses pressupostos, entende-se que no campo, o “Território de Esperança” é aquele conquistado e construído: pela luta de resistência camponesa para permanecer na terra; pela luta de ocupação de terra, promovida pelos trabalhadores sem terra; pela luta de consolidação das diferentes formas de agricultura camponesa. Essas diferentes estratégias simbolizam formas de “ruptura” com o sistema hegemônico, isto é, com a organização social, econômica e política pré-existente no agro brasileiro. Na verdade, trata-se de um território novo, construído com base na utopia e na esperança, “Território de Esperança”, “Território de Solidariedade” e também, parafraseando Félix Guattari, “Território de Desejo”, carregado de contradições, mas também de sinalizações de uma forma experienciada de organização social diferente daquela marcada pela subordinação, pela dominação, pela bestialidade da exploração. Desse modo, “Território de Esperança” representa a superação do “Território de Exploração” gestado no semi-árido, desde o período colonial, e que tinha como marcas maiores a concentração fundiária, a subordinação do trabalho, a dependência cultural e política dos trabalhadores e pequenos produtores aos “coronéis”. Trata-se, na verdade, de uma forma experienciada de organização social singular, de ordem “da sensibilidade pessoal ou da criação, da invenção de um outro modo de relação social, de uma outra concepção do trabalho social, da cultura, etc.” (GUATTARI e ROLNICK 1986:281). Território em movimento, vivo, que experiencia um processo contínuo de (re)criação, (re)definição, (re)delimitação. Território inacabado, por conseguinte, sujeito a contradições, avanços, retrocessos, ganhos e perdas.

É com base neste enfoque que este trabalho está pautado. Ele resgata o processo histórico de produção do espaço agrário do semi-árido paraibano e as mudanças recentes na sua organização. Em seguida, aborda a política fundiária do Estado e seus resultados através da criação de assentamentos rurais, no período de 1985 a 2005. Por último, apresenta algumas estratégias de viabilização dos assentamentos e da agricultura camponesa em geral enquanto forma de consolidação dos “Territórios de Esperança”. Para tanto, além de uma bibliografia de referência, foram utilizados dados colhidos na Superintendência Regional do Incra na Paraíba e informações obtidas junto aos agricultores, a representantes de ONGs e movimentos sociais através da pesquisa direta.

O semi-árido paraibano: identidade ambiental e configuração regional

A expressão “semi-árido” é utilizada comumente para designar um tipo climático caracterizado por forte insolação, temperaturas relativamente altas e um regime de chuvas marcado pela escassez, irregularidade e concentração das precipitações num curto período. A esse tipo climático corresponde a formação vegetal de Caatinga, formação lenhosa, caracterizada por uma máxima adaptação dos vegetais à carência hídrica, com espécies, na sua maioria, caducifólias, espinhosas, com folhas pequenas ou de lâminas subdivididas, existindo, inclusive, algumas sem folhas (áfilas) para reduzir ao máximo a perda de água por transpiração. A sua fisionomia varia de acordo com as condições climáticas e edáficas.

Com essas características, são encontradas áreas da hinterlândia de todos os estados nordestinos (à exceção do Maranhão) e ainda o norte do estado de Minas Gerais, abrangendo uma superfície de aproximadamente 900 mil quilômetros quadrados. Trata-se do que se costumou designar de “região semi-árida do Nordeste”.

Para efeito de atuação do Estado brasileiro através de suas políticas públicas, várias delimitações do semi-árido nordestino têm sido efetuadas, via de regra, utilizando como suporte critérios naturais, tais como: pluviosidade (a isoietas de 800mm tem sido um dos indicadores mais utilizados para a delimitação regional), déficit hídrico, índice de aridez, risco de ocorrência de seca, etc. De acordo com cada critério ou conjunto de critérios usados, obtém-se um recorte regional diferenciado².

Evidentemente que a cada uma dessas delimitações realizadas corresponde uma região semi-árida na Paraíba. Para efeito deste estudo, porém, achou-se por bem utilizar o recorte regional efetuado pelo Governo do Estado, em 1997, no bojo do processo de construção de um plano de desenvolvimento estratégico estadual, uma vez que este levou em consideração não apenas critérios de ordem natural (baixos índices pluviométricos, irregularidade e frequência da ocorrência de secas) como social (as características das relações de produção) (GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA, 1997). Como resultado, foram inseridos no semi-árido, os municípios que compõem as Mesorregiões da Borborema e do Sertão Paraibano e as Microrregiões do Curimataú Oriental e Ocidental, o que corresponde a uma superfície de 43.555km², que equivalem a 77,3% do total do território estadual (v.fig. 1).

Fig. 1 - Região semi-árida do estado da Paraíba



Mapa elaborado com base na delimitação realizada pelo Governo do Estado da Paraíba em 1997.

As subunidades espaciais contidas nesse recorte regional apresentam diversidades tanto do ponto de vista das condições naturais (ora correspondem a fossas tectônicas ora a

² Recentemente, o Ministério da Integração Nacional, apoiado em vários estudos, realizou uma nova delimitação do semi-árido nordestino, visando possibilitar a aplicação de políticas públicas sobre o mesmo. A esse respeito pode-se consultar:
<http://www.integracao.gov.br/publicacoes/desenvolvimentoregional/redelimitacao.asp>

brejos serranos, a superfícies elevadas aplainadas e a depressões; ora apresentam uma cobertura vegetal de caatinga hiperxerófitas, ora hipoxerófitas, com maior ou menor predomínio de cactáceas e bromeliáceas; em algumas áreas, predominam solos salinos, noutras, solos brunos não cálcicos, etc), como dos aspectos sociais e econômicos (formas de uso e ocupação do solo também diferenciadas, áreas mais ou menos povoadas, etc). Pode-se mesmo afirmar que o semi-árido na Paraíba, como de resto, todo semi-árido nordestino, é marcado pela pluralidade das características ambientais e sócio-econômicas.

O processo histórico de produção do território de exploração no semi-árido paraibano

É sabido que o processo de organização do espaço agrário do semi-árido paraibano foi comandado nos três primeiros séculos da colonização portuguesa pela exploração da pecuária. Esta atividade desenvolveu-se inicialmente na Zona da Mata, ligada à produção açucareira, uma vez que, além de alimento, fornecia-lhe a força motriz para girar as moendas e ainda era utilizada como meio de transporte fundamental para o aprovisionamento de madeira nos engenhos e para o transporte do açúcar até os portos de embarque (ANDRADE, 1986). O crescimento da atividade açucareira impôs a separação das duas atividades, dando origem a uma divisão regional do trabalho, impelindo a exploração pecuária para o interior da colônia.

A penetração do gado para o interior seguiu duas vias: a primeira de sentido leste-oeste seguiu o curso do rio Paraíba e a segunda procedente da Bahia adentrou o território de Pernambuco e na seqüência o da Paraíba. Essa última via foi, de fato, a principal corrente de povoamento das regiões dos rios Piranhas e Piancó no sertão paraibano (MOREIRA e TARGINO, 1997:68-70).

Da mesma forma do verificado na região litorânea, a penetração do processo de colonização em direção ao interior foi também acompanhada pelo rastro do sangue nativo. A reação do indígena sertanejo à sua transformação em cativo e pela defesa de suas terras deu origem à Confederação dos Cariris. Esta estendeu-se pelos sertões do Nordeste de 1680 a 1730, sendo considerada pelo historiador Irineo Joffily como "a maior guerra anti-colonialista que já se travou em território brasileiro"(1977). O saldo foi o extermínio desta população ou sua fuga do nosso território para terras que hoje compreendem o Estado do Rio Grande do Norte. Alguns historiadores chegam mesmo a atribuir a fraca contribuição nativa para a formação da sociedade sertaneja paraibana, à sua eliminação ou à sua expulsão promovida pela Confederação dos Cariris (MELO,1994:73-74).

Nas terras conquistadas dos índios, foram sendo instalados currais e erguidas capelas, dando origem aos núcleos de povoamento do sertão. A respeito da origem das cidades sertanejas, afirma Melo:

Se a de Nossa Senhora do Rosário representou, entre 1701 e 1721, no arraial do Piranhas, embrião da futura vila e cidade de Pombal, as capelas de Cabaceiras, em 1730, Jardim do Rio do Peixe (Souza), em 1732, Piancó, em 1748, Patos, em 1772, Catolé do Rocha e Santa Luzia, em 1773, e Monteiro, em 1800, significaram o elemento gerador dessas cidades (1994:75).

A atividade produtiva na região semi-árida da Paraíba organizou-se, portanto, com base na exploração da pecuária, tendo na fazenda a unidade fundamental da sua organização econômica, social, cultural e política. Suas principais características eram: a) instalação de grandes propriedades territoriais de baixa densidade populacional e econômica; b) baixo nível de capitalização, pois para constituir uma fazenda era preciso basicamente a construção de uma casa e do curral (PRADO, 1958:45); c) combinação do trabalho livre e escravo; d) cultivo de produtos alimentares básicos em pequena proporção no interior das fazendas em áreas de baixios; e) apesar do seu relativo isolamento, a atividade surge mantendo relações com o mercado, sobretudo através da venda do couro,

embora, em determinados momentos, ela tenha regredido para o que Furtado (1959) chamou de pecuária de subsistência.

A combinação desses fatores organizacionais e as limitações impostas pelo quadro natural vão dar surgimento a um povoamento disperso ainda que contínuo. Só com a difusão da cultura do algodão³ a partir do final do século XVIII, com o crescimento da demanda desse produto resultante da consolidação da indústria têxtil na Inglaterra, é que vai se constituir o sistema gado-algodão que caracterizou o uso dos recursos de todo o semi-árido paraibano até recentemente.

De fato, a atividade primária de toda a região sertaneja vai estar organizada a partir do tripé: gado, algodão, lavouras alimentares. A forma de exploração das grandes propriedades pode ser resumida da seguinte maneira: o gado era criado de forma extensiva, solto na caatinga, requerendo um pequeno número de trabalhadores para o seu trato e pertencendo, via de regra, ao proprietário; o algodão era cultivado tanto nas grandes quanto nas pequenas propriedades; quando cultivado nas grandes propriedades, o seu cultivo fazia-se sob a forma de parceria ou de arrendamento, ficando, portanto, os riscos da produção a cargo dos parceiros e arrendatários; a extração do sobre-trabalho era feita basicamente através dos mecanismos de comercialização, uma vez que a parte do produto, que cabia aos parceiros e aos arrendatários deveria ser comercializada diretamente com o proprietário.

As lavouras alimentares, por sua vez, eram exploradas diretamente pelos pequenos produtores independentes (pequenos proprietários e arrendatários) ou subordinados (parceiros e moradores).

Vê-se, portanto, que, com a difusão do algodão, consolidam-se as relações de trabalho características do semi-árido, a saber, os sistemas de parceria e de arrendamento. Mesmo antes da abolição da escravidão, essas relações de trabalho já estavam em curso. Com isto, não se está afirmando que a escravidão não teve peso na organização produtiva e social da região⁴, mas tão somente que, em virtude das condições sociais, culturais e econômicas aí vigentes, aquelas relações de trabalho já eram bastante difundidas, o que permite o entendimento de que a sociedade ali instalada apresentava um grau de estratificação bem menos rígido do que aquele encontrado na sociedade açucareira.

Outro aspecto que merece realce é o predomínio de uma estrutura de propriedade marcada, desde o início do processo de ocupação regional, pela grande propriedade latifundiária. A pequena produção surge atrelada ao latifúndio e dele dependente. Sua expansão acha-se ali relacionada à expansão dos sistemas de parceria e arrendamento, relações de trabalho características da região (MOREIRA e TARGINO, 1997).

Aprofundamento recente das contradições do “território de exploração” no semi-árido paraibano

A literatura situa a década de sessenta do século XX, como um marco temporal importante no processo de modernização da agricultura brasileira. Nesse processo, foi fundamental a integração da agricultura com a indústria enquanto fornecedora de matérias-primas e absorvedora de insumos e equipamentos industriais. Para isso, contribuiu de forma significativa, a criação do Sistema Nacional de Crédito Rural, que disponibilizou os recursos para as inversões necessárias na agricultura (DELGADO: 1985).

No caso específico do sistema gado-algodão, tem-se que a cotonicultura esteve estreitamente ligada ao setor industrial desde a sua consolidação, uma vez que o algodão era cultivado tendo em vista a sua utilização pela indústria têxtil. Embora houvesse essa

³ A cultura do algodão, produto já utilizado pelos índios, era também explorada enquanto produção de autoconsumo nos primeiros séculos da colonização portuguesa, com o objetivo de produzir tecidos grosseiros fabricados nos teares domésticos (TAKEYA, 1985:27).

⁴ Pesquisa realizada por Diana Galliza levanta evidências factuais que contestam a afirmação um tanto quanto difundida de que o trabalho escravo foi secundário na região sertaneja (GALLIZA:1986).

articulação, ela não se reverteu em impulso de mudanças no processo produtivo da lavoura do algodão. Ao contrário, as relações restringiam-se basicamente à área comercial, que, ao fornecer os recursos para o plantio e para os tratos culturais, garantia o aprovisionamento da matéria-prima para as unidades de beneficiamento instaladas em várias cidades do sertão (Cajazeiras, Souza, Pombal, Patos, Piancó, etc.). As formas de financiamento e comercialização, particularmente a prática de venda do algodão na folha⁵, constituíam-se em mecanismos de extração do sobretrabalho agrícola.

Como já ressaltado anteriormente, o trabalho agrícola no interior das grandes propriedades estava estruturado em torno dos sistemas de morada, de parceria e arrendamento, podendo ser encontradas as mais diferentes combinações: morador/parceiro, parceiros/arrendatários, parceiros ou arrendatários que possuíam moradores (no caso de arrendamentos de áreas maiores), etc.

As condições de trabalho e de vida no semi-árido, em anos normais de chuva, eram bem menos adversas do que aquelas existentes na zona canavieira, conforme atestam ANDRADE (1986) e CASTRO (1963). Na mesa do patrão, sentavam-se também os trabalhadores para comer o angu misturado com leite e com raspa de rapadura.

O padrão de organização agropecuária no semi-árido paraibano chega, portanto, à década de 70 sem sofrer grandes alterações a não ser pela introdução de novas raças de gado bovino (Gir e Nelore), mas mesmo assim de forma limitada. Na cotonicultura, as mudanças foram mínimas. Vale dizer que o processo de modernização da agricultura, iniciado na década de 60, não teve grandes repercussões no semi-árido, a não ser nos vales dos Rios do Peixe e Piranhas, onde foram instalados alguns projetos de irrigação públicos (São Gonçalo e Condado) e particulares, sobretudo nos municípios de Pombal, Jericó e São Bento.

De fato, a grande mudança na agricultura regional vai ocorrer a partir de 1985, com a disseminação do bicudo. Esta praga irá impor a quase completa extinção da cultura do algodão em todo o semi-árido paraibano. Para se ter uma idéia do que foi o impacto dessa praga na agricultura regional, basta ver o declínio experimentado pela área cultivada: entre 1990 e 2000, a redução da área plantada com algodão correspondeu a 99,8% na mesorregião do Sertão Paraibano e 97,6% na mesorregião da Borborema (TARGINO e MOREIRA, 2006). Com isso há uma quebra na estrutura organizacional da agricultura do semi-árido, uma vez que era essa cultura que garantia a viabilidade econômica da parceria e do arrendamento na região. Não só as relações de trabalho são afetadas, o criatório também vai ser afetado, agora sim, passando por um forte processo de modernização: a criação extensiva solta na caatinga é substituída por uma exploração mais racional com a ampliação do pasto plantado e do plantio da palma forrageira, havendo uma agressão significativa sobre a cobertura vegetal natural da Caatinga. A expansão do criatório nos novos moldes vai reforçar a tendência de liberação de mão-de-obra determinada pela redução do algodão.

Não bastassem esses fatores, a região foi afetada por sucessivos períodos de secas, que impuseram graves prejuízos à agropecuária regional. Nas duas últimas décadas do século XX, foram registradas secas em 1983, 1989-93, 1998-99. Em alguns municípios, a produção agrícola foi praticamente nula em 1998, a exemplo do que aconteceu em São Sebastião do Umbuzeiro. Particularmente afetada tem sido a produção pecuária cujo efetivo atual é bem inferior ao existente em 1985.

A disseminação da irrigação tem propiciado algumas mudanças nas relações de produção à medida que tem possibilitado o crescimento do assalariamento. Porém, tem-se observado também a persistência ou reutilização de antigas relações de produção como a parceria, sobretudo nos casos em que os requerimentos de mão-de-obra são elevados.

⁵ No momento de pagamento, ou seja, da colheita, o preço do algodão estava baixo. Fazia-se então a conversão do débito em cruzeiro para um débito em unidade física de algodão (Kg). Caso a produção não fosse suficiente para pagar o débito, no início do ano seguinte, o débito em algodão era convertido em débito monetário, aproveitando o preço em alta do produto. Desse modo, criava-se uma cadeia de endividamento continuado do produtor.

Além disso, tem-se que parte dessas culturas irrigadas está fortemente atrelada ao segmento industrial, a exemplo da produção de tomate e de fumo.

Da interação desses fatores, resultou um intenso processo migratório no sentido campo-cidade. No quadro 1, estão apresentadas as taxas de crescimento das populações rural e urbana do semi-árido paraibano. Da observação desses dados, podem ser ressaltados os seguintes aspectos: a) durante os anos oitenta, todas as microrregiões do semi-árido, à exceção da microrregião de Piancó, apresentavam taxas negativas de crescimento da população rural; b) essa tendência é reforçada na década de noventa, quando as maiores taxas negativas de crescimento são registradas nas mesorregiões da Borborema e do Sertão Paraibano (-2,4% a.a. e -2,8% a.a., respectivamente), taxas bem superiores à média estadual que foi de -1,9% a.a.; c) o êxodo rural estimado nessas duas mesorregiões representava 55,5% do total do êxodo rural do estado estimado para o período 1991/96. Com efeito, das 194 mil pessoas que teriam deixado a área rural da Paraíba, 107 mil foram procedentes da zona semi-árida. Qual a destinação dessa população migrante?

Quadro 1 - PARAÍBA- Taxas de crescimento da população rural (1980 – 1996) e estimativas do êxodo rural* (1991-1996), por microrregiões.

Meso e Microrregiões	Taxas de crescimento		Êxodo estimado 91/96	
	1980/91	1991/96	Freq. Ab.	Freq. Rel
MATA PARAIBANA	-0,7	-0,6	16.483	8,49
Litoral Norte	-0,9	-0,8	6.224	3,21
Litoral Sul	0,5	-0,2	2.523	1,3
João Pessoa	-0,4	0,7	1.006	0,52
Sapé	-1,4	-1,6	6.730	3,47
AGRESTE PARAIBANO	-1,0	-1,7	69.759	35,94
Curimataú Oriental	-1,2	-0,6	5.606	2,89
Brejo Paraibano	-1,4	-2,4	13.962	7,19
Campina Grande	-0,2	-1,0	10.392	5,35
Curimataú Ocidental	-1,5	-4,2	13.081	6,74
Esperança	-0,4	-1,2	2.908	1,5
Guarabira	-1,9	-1,5	8.832	4,55
Itabaiana	-1,0	-1,2	7.234	3,73
Umbuzeiro	-0,3	-2,0	7.743	3,99
BORBOREMA	-1,8	-2,4	26.748	13,78
Cariri Oriental	-0,7	-1,1	4.793	2,47
Cariri Ocidental	-2,5	-2,4	10.540	5,43
Seridó Ocidental	-3,0	-7,6	5.826	3
Seridó Oriental	-1,1	-1,7	5.590	2,88
SERTÃO PARAIBANO	-1,5	-2,8	81.129	41,79
Cajazeiras	-1,2	-1,7	11.795	6,08
Catolé do Rocha	-2,0	-2,6	15.718	8,1
Itaporanga	-1,5	-3,0	10.116	5,21
Patos	-2,7	-1,1	3.151	1,62
Piancó	1,7	-3,7	10.569	5,44
Sousa	-2,0	-2,1	13.274	6,84
Teixeira	-0,3	-3,2	16.507	8,5
PARAÍBA	-1,3	-1,9	194.119	100

Fonte: FIBGE - Censos Demográficos de 1980 e 1991 e Contagem da População de 1996

Nota: *A estimativa do êxodo rural (E*) é dada pela diferença entre a população rural estimada (P*) de acordo com a taxa de crescimento vegetativo menos a população rural recenseada (P):

$$E^* = P^* - P,$$

onde $P^* = P_0(1 + i)^n$, sendo i = taxa de crescimento vegetativo da população.

Os dados relativos à população urbana mostram que os núcleos urbanos da zona semi-árida têm crescido a taxas superiores à taxa de crescimento vegetativo, denotando, portanto, que as cidades têm absorvido uma parte significativa da população que tem deixado o meio rural dessa região. Esse fato tem colocado dois problemas graves para a

organização social e econômica do semi-árido. O primeiro está relacionado com a questão do emprego. Estudo sobre a estrutura sócio-econômica dos municípios paraibanos mostrou que a grande maioria dos municípios do Estado apresenta uma estrutura absolutamente frágil, incapaz de gerar oportunidades de absorção produtiva para a maioria da sua população. Isso é verdade não só para as pequenas cidades, como também para as de porte médio (TARGINO e MOREIRA: 1998).

Esse aumento da população das cidades, dessa forma, tem contribuído para agudizar o problema da pobreza urbana transportando para as pequenas cidades e vilas o problema do desemprego e do subemprego que até pouco tempo era característico das cidades de portes médio e grande. Esse dado tem sobrecarregado a demanda por serviços públicos, particularmente os relativos à educação e saúde, que têm onerado de modo significativo as administrações municipais.

Essa situação de pobreza é confirmada quando se observa o nível de renda per capita dos municípios integrantes do semi-árido. De fato, a renda per capita mensal da maioria dos municípios do semi-árido situava-se, em 2000, entre R\$ 60,00 e R\$ 80,00, renda muito inferior à média nacional que era de R\$ 297,23 (SANTANA, 2006). Esse quadro assume uma proporção ainda mais grave quando se observa que o índice de concentração da renda (Gini) está situado via de regra acima de 0,50, indicando um grau significativo de concentração.

O segundo problema colocado pela concentração da população diz respeito ao abastecimento de água. Mesmo nos anos normais de precipitação pluviométrica, não obstante a construção de vários açudes nas últimas décadas, eles não têm capacidade de atender a demanda crescente por água das populações urbanas, além de que, em alguns casos, a água apresenta restrições quanto a sua potabilidade. Nos anos de seca, a situação torna-se simplesmente caótica. O abastecimento através de carros-pipas, além de precário, representa uma carga considerável para as finanças municipais.

Na tentativa de superar os graves problemas que afetam a população rural na região semi-árida, tem se verificado um crescimento da organização dos trabalhadores em torno da luta por terra e água, bem como em torno da formação/consolidação de redes de solidariedade. Rede de solidariedade é aqui entendida com base na idéia de “colaboração solidária” que vem sendo construída entre outros, pelo Centro de Pesquisa e Apoio aos Trabalhadores de Curitiba, PR, como:

uma estratégia para organização de uma sociedade pós-capitalista, baseada na implantação de redes que conectam unidades de produção e de consumo, em um movimento recíproco de realimentação, permitindo a geração de emprego e renda, o fortalecimento da economia e do poder locais, bem como, uma transformação cultural, com a afirmação de uma ética e de uma visão de mundo antagônicas não apenas ao neoliberalismo, mas ao próprio capitalismo. (MANCINI, 1998)

Por sua vez, pressionado pela ação reivindicatória dos movimentos sociais ou pelas exigências de cumprimento de metas estabelecidas, o Estado, particularmente na segunda metade dos anos 90, executou medidas de política fundiária que resultaram na ampliação do número de assentamentos na região.

Luta pela terra e política fundiária: bases da construção do Território de Esperança no semi-árido paraibano

Até pouco tempo, a intervenção do Estado no campo fundiário da região semi-árida paraibana restringia-se aos projetos de colonização nos perímetros irrigados e à solução pontual de alguns conflitos eclodidos na microrregião do Curimataú. Isso reflete o fato da luta pela terra no estado ter se concentrado até meados dos anos 90, principalmente nas mesorregiões da Mata e do Agreste. Essa tendência pode ser explicada no mínimo por duas

ordens de fatores: a primeira está relacionada ao fato do processo de modernização da agricultura, causa principal da expropriação/expulsão dos trabalhadores rurais, ter se dado de forma muito restrita no semi-árido; a segunda é a atuação bem mais modesta dos movimentos sociais, particularmente da igreja católica (que tem maior atuação no estado), e do movimento sindical na região semi-árida nas décadas de 70 e 80 do século XX.

Como a ação fundiária do estado brasileiro tem se limitado a dar respostas pontuais à luta dos trabalhadores, ela é mais presente nas áreas onde os conflitos são mais agudos, conseqüentemente, onde a pressão dos movimentos sociais e dos trabalhadores organizados é mais incisiva. Assim, tem-se que a grande maioria dos assentamentos do semi-árido paraibano foram criados a partir da segunda metade dos anos 90, em virtude de uma conjugação de fatores, tais como: a) uma presença mais atuante da CPT na região, possibilitando o crescimento da organização dos trabalhadores em torno da luta pela terra; b) a crise da economia do semi-árido decorrente do desmantelamento da atividade algodoeira e das sucessivas secas que se abateram sobre a região, provocando a queda no preço da terra de modo que a desapropriação passou a se constituir num “bom negócio” para muitos proprietários, tendo estes disponibilizado suas terras para aquisição pelo Incra; c) a atuação da FETAG que, de forma burocrática, encaminhou vários pedidos de desapropriação que foram acolhidos pela Superintendência do Incra, que via nessas demandas uma forma de atender, burocraticamente, as metas anuais da política fundiária do Governo FHC para a Paraíba.

Entre 1985 e 2005, foram instalados na região semi-árida da Paraíba 89 Projetos de Assentamento (PA's), sendo que destes, apenas 9, entre 1985 e 1995, o que representa apenas 10,1 % do total dos assentamentos criados no total do período. O maior número de PA's foi instalado a partir de 1996, com destaque para os anos compreendidos entre 1996 e 2002, quando foram implantados 71 PA's, isto é, o equivalente a 79,8 % do total.

Nos vinte anos estudados, 4.542 famílias foram assentadas pelo Incra. Desse total, apenas 577 (ou 12,7%), entre 1985 e 1995, e 3.714 (ou 81,8% do total), entre 1996 e 2002.

No tocante à área desapropriada para efeito de reforma agrária, no período de 1985 a 2005, excetuando-se as que foram adquiridas ou desapropriadas pelo Governo do Estado, através do Instituto de Terras da Paraíba (Interpa) e que não foram aqui consideradas, elas somam 138.231,3 hectares (ou 3,0% da área ocupada pelos estabelecimentos agrícolas do semi-árido paraibano em 1995).

A distribuição geográfica dos assentamentos na região não é homogênea. Na Mesorregião do Sertão Paraibano, localizam-se 36; nas microrregiões do Curimataú Oriental e Ocidental, 34 e; na Mesorregião da Borborema, coincidentemente a região com maiores restrições climáticas do estado, 19.

Em nível das microrregiões, a distribuição espacial dos PA's também ocorre de modo desigual, destacando-se as do Curimataú Oriental com 18 PA's, do Curimataú Ocidental com 16 e do Cariri Ocidental com 12. Com um menor número, distinguem-se as microrregiões do Seridó Ocidental e de Piancó, ambas com 2 assentamentos e a microrregião do Cariri Oriental com apenas 1 assentamento. A microrregião de Itaporanga é a única em todo o semi-árido paraibano que não possuía, até 2005, um único Projeto de Assentamento instalado.

No que toca à área desapropriada, ela variou pouco entre as grandes subunidades espaciais que compõem o semi-árido paraibano: 44.065,9 hectares na Mesorregião da Borborema, 45.213,2 hectares na Mesorregião do Sertão e 49.434,7 hectares no conjunto do Curimataú. Em relação à área desapropriada por microrregião, cinco se destacam, a saber: Curimataú Ocidental, Cariri Ocidental, Patos, Curimataú Oriental e Sousa. No outro extremo estão as microrregiões de Serra do Teixeira, de Catolé do Rocha e de Piancó .

Chama-se a atenção para o tamanho médio dos lotes que embora sejam bem maiores do que o tamanho médio dos lotes do estado, na sua maioria (69,7%), são menores que 25 hectares, isto é, são inferiores ao módulo rural definido pelo INCRA para o semi-árido; 25,8% possuem tamanho médio entre 25 e 49 hectares e apenas em três assentamentos (3,4% do total) o tamanho médio dos lotes é superior ao tamanho mínimo

que alguns estudos identificam para uma unidade produtiva viável no semi-árido, em torno de 50 hectares.

Outro problema tão ou mais grave é a questão da água. Embora em alguns assentamentos haja açudes de médio porte, eles não têm capacidade para viabilizar um processo de irrigação envolvendo um maior número de famílias. Os poços que têm sido perfurados, por sua vez, destinam-se exclusivamente ao abastecimento de água potável. Nos anos de seca, a carência hídrica acarreta efeitos graves para a agricultura.

Outro fator limitante para o desenvolvimento da agricultura familiar no semi-árido é a presença de manchas significativas de solos salinos e/ou de baixa fertilidade natural.

Aos problemas elencados, que estão mais fortemente relacionados aos limites impostos pelo meio natural, somam-se aqueles relacionados à gestão e às condições econômicas e financeiras da produção. No tocante à limitação da gestão, destaca-se o fato de vários desses assentamentos terem sido criados por relações burocráticas estabelecidas entre o INCRA e a Federação dos Trabalhadores da Agricultura (FETAG-PB), como ressaltado anteriormente, não tendo ocorrido processo de formação de uma consciência política e de práticas organizativas próprias da dinâmica da luta pela conquista da terra. No que diz respeito aos problemas de ordem econômica e financeira, podem ser lembrados: limitação do crédito de custeio e de investimento, falta de assistência técnica (a maior parte dos PA's criados nessa região o foram na fase final do Projeto Lumiar), produção agrícola restrita às culturas alimentares tradicionais, a inexistência de canais eficientes de comercialização da produção, práticas reduzidas de diversificação das atividades econômicas etc.

Agricultura camponesa reformada: limites e desafios à construção de Território(s) de Esperança

No Brasil, o universo camponês tem sido ampliado particularmente na segunda metade do século XX, através da multiplicação de assentamentos e do número de famílias assentadas pela política fundiária do Estado⁶. Essa nova forma de organização da produção e do trabalho daí resultante é aqui entendida como agricultura camponesa reformada.

A partir de 1980, um número significativo de pesquisas tem sido realizado, buscando estudar a dinâmica interna e externa desses assentamentos rurais. No que tange à dinâmica interna, a quase totalidade dessas pesquisas confirmam a melhoria das condições de vida da população assentada, expressa através da elevação da renda familiar, do acesso à infraestrutura básica, tal como a moradia, a água, a energia elétrica, a melhoria do padrão alimentar etc. (FAO/PNUD, 1992; NETO e BAMAT, 1998; MEDEIROS et al., 2002; HEREDIA et al., 2001; BERGAMASCO et al., 2002). Em relação à dinâmica externa, diversos estudos salientam a importância dos assentamentos para a economia dos municípios, particularmente para a dinamização do comércio, das feiras livres, da circulação, dos transportes e da vida social (CAMARGO, 1994; MOREIRA, TARGINO e MENEZES, 2001a; MOREIRA, TARGINO e MENEZES, 2001b).

Apesar de tais constatações, os estudos também se referem às sérias dificuldades enfrentadas pela agricultura familiar reformada, no plano da viabilidade econômica, social e

⁶ Em que pese o reconhecimento de que a política fundiária implementada pelo Governo Federal não constitui um processo de reforma agrária, no sentido mais restrito do termo, uma vez que não tem implicado em mudanças profundas na organização agrária nacional, mas antes, um conjunto de iniciativas voltadas basicamente para a resolução de conflitos, a expressão é utilizada no trabalho como sinônimo do processo de redistribuição fundiária. Não se deve esquecer que as limitações da política agrária brasileira envolvem, inclusive, problemas como carência na infra-estrutura social e produtiva dos Projetos de Assentamento, não distribuição dos títulos de terra e, até mesmo, no mais dos casos, a não demarcação dos lotes. Essas constatações reforçam o argumento da inexistência de um verdadeiro processo de reforma agrária no país (ALENTEJANO, 2002).

política de sustentação (MOREIRA e TARGINO, 2003; BERGAMASCO et al. 2002). O grau de dificuldade varia de caso a caso a depender de uma série de fatores, tais como:

a) a origem do assentamento - Os assentamentos surgem em função da luta de resistência, da luta de ocupação e/ou em função da oferta de terra. Essas diferentes origens são importantes na determinação não só da construção de “território(os) de esperança” como da viabilização do empreendimento. No caso dos assentamentos surgidos a partir de luta de resistência, não se verifica grande modificação nas condições de reprodução dos trabalhadores. Os que já detinham a condição de produtor agrícola e, conseqüentemente, já reuniam as condições mínimas de existência enquanto produtores familiares, pela via da luta, eliminam um dos entraves que limitava o pleno desenvolvimento de sua condição de produtores agrícolas, qual seja o pleno direito à terra. A luta de ocupação produz, via de regra, mudanças significativas na paisagem rural: a instalação dos acampamentos, a produção de roçados como forma de ocupação em áreas tradicionalmente monocultoras ou consagradas à pecuária, a construção de agrovilas depois da desapropriação, etc. Tais mudanças, dentre outras, originam rapidamente uma nova paisagem, expressão concreta de um novo território produzido e produtor de novos padrões de convivência social e de relações de produção, ou seja, de novos processos de produção das condições materiais de sobrevivência e de produção de subjetividades. No entanto, como em todas as experiências humanas, o novo território não significa um rompimento radical com o passado. O vivido produz novas referências, que orientam novas práticas de manutenção ou de mudança, alimentando a capacidade de criar situações novas ou de reproduzir novos limites. Contudo, por paradoxal que seja, a lógica da dependência muitas vezes permanece. A lógica de reivindicar direitos frente ao Estado que deve ser o “provedor de todas as faltas”, retira de cena a questão de qual é a medida da responsabilidade dos assentados de lutar para ter condições de fazer a terra produzir. Em alguns assentamentos, corre-se o risco de reduzir a luta à conquista da terra e cobrar do Estado tudo o que falta. Supera-se a dependência frente ao patrão e cria-se a dependência frente aos funcionários públicos, às vezes muito a gosto desses últimos. Nesses casos, a possibilidade dos assentados de exercitarem a capacidade de planejamento do seu próprio desenvolvimento e se tornarem sujeitos plenos do processo perde-se;

b) a assistência técnica - A ausência ou a precariedade de assistência técnica eficiente e comprometida com a luta dos trabalhadores, de modo a interiorizar nos PA's uma “educação rural” efetiva, tem se constituído num dos obstáculos à sustentabilidade econômica dos assentamentos. O acesso ao crédito sem acompanhamento técnico ou com orientação equivocada (tanto na elaboração dos projetos quanto na implementação dos mesmos) tem, via de regra, resultado em situação de endividamento por parte de grande número de assentados. A este problema soma-se a descontinuidade da assistência técnica prestada aos PA's. Vale ressaltar o caso do Projeto Lumiar, cujos técnicos foram responsáveis pela elaboração de vários projetos de investimento que não puderam acompanhar nem contribuir para sua consolidação, uma vez que, quando estes foram aprovados e os recursos liberados, o Lumiar já tinha sido desativado. Essa dificuldade de acompanhamento técnico permanente tem prejudicado fortemente os projetos, sobretudo os de bovinocultura e de fruticultura de sequeiro. Essa situação requer uma urgente revisão da política de assistência técnica incorporada ao PRONAF;

c) os canais de comercialização - A ausência quase absoluta de canais alternativos de comercialização, à exceção de algumas experiências isoladas, tem contribuído não só para a permanência do sistema de “atravessador” como, em alguns casos, para a sua expansão dentro dos próprios assentamentos, através do surgimento da figura do “atravessador assentado”. Verifica-se, em alguns casos, o desenvolvimento de um processo de produção na forma de franquias atrelado a um processo de comercialização dependente de setores agroindustriais, sobretudo no que se refere à produção de aves. As últimas medidas tomadas pela CONAB, permitindo a aquisição de produtos da agricultura familiar,⁷ provavelmente terá impactos significativos nas condições de sustentação desse segmento da agricultura nacional;

d) o processo de gestão dos assentamentos - Segundo Moreira, Targino e Ieno Neto (2000), o processo de gestão implementado nos assentamentos, após a conquista da terra, particularmente naqueles fora da influência do MST e da CPT, é marcado: por uma verticalização da estrutura do poder decorrente do modelo associativo adotado, cujos cargos estão hierarquicamente ordenados, favorecendo a personalização do poder na figura do presidente; pela influência decisiva das políticas públicas no sentido de favorecer e estimular o fortalecimento dessa forma associativa; pelo abandono gradativo de instâncias intermediárias de organização que favorecem a participação ativa de todos os membros da comunidade, restringindo o processo participativo aos chefes de família; por uma transformação gradativa das assembleias em instâncias formalmente homologatórias das decisões tomadas pela direção das associações; por uma tendência à “perpetuação” das lideranças em consequência dos laços de favores e de apadrinhamento que se criam internamente e; pelo atrelamento da organização dos assentamentos a grupos oligárquicos locais. O sistema de cooperativa instalado nos assentamentos vinculados ao MST chama também a atenção na medida em que pela forma de implantação, tem levado, em muitos casos, ao endividamento dos assentados e à sua divisão interna.

Pode-se citar ainda como dificuldades a serem superadas pelos assentamentos: o baixo grau de capitalização inicial; a disseminação do protestantismo, provocando cisões no interior das comunidades assentadas; a permanência de uma visão assistencialista por parte dos trabalhadores; a persistência de uma agricultura com baixo índice de diversificação e de incorporação tecnológica, etc.

No que se refere à agricultura camponesa não reformada, as dificuldades de sustentação também se dão no plano da viabilidade econômica, social e política. No caso específico do semi-árido, essas dificuldades são agravadas em virtude das restrições impostas pelas condições naturais. Problemas como os relativos ao crédito, à assistência técnica, à comercialização, à pressão sobre a terra, resultante da constituição de novas famílias com o casamento dos filhos, verificados nos assentamentos, também lhe são comuns. A isto soma-se sua vulnerabilidade frente à fome de terra do latifúndio, sobretudo nos períodos de seca quando as dificuldades de sobrevivência das pequenas unidades produtivas ampliam-se, resultando na sua compra por grandes proprietários (TARGINO e MOREIRA; 1985).

Caminhos para a consolidação dos territórios de esperança

Apesar das dificuldades mencionadas, vários caminhos têm sido buscados pelos pequenos produtores, com o apoio de entidades, de movimentos sociais e ONGs, para a sua superação. Dentre estes, podem ser citados:

a) *as formas de alternativas de “convivência com o semi-árido”.*

A busca de alternativas de convivência com o semi-árido, mobilizando energias sociais para o uso sustentável da terra, da água e da biodiversidade tem implicado notadamente na adoção do paradigma da agroecologia, em olhar a natureza a partir de suas potencialidades, em buscar a otimização do uso da água e o uso intensivo da biodiversidade nativa e/ou localmente adaptada às condições ambientais de semi-aridez (AS-PTA-PB), bem como a adoção de “tecnologias alternativas” ou “apropriadas”. Nesse sentido, destaca-se, na direção da agroecologia, o reflorestamento, o uso de adubos orgânicos e outros biofertilizantes, além de defensivos alternativos como a manipueira, a urina de vaca, as plantas atrativas de insetos em substituição aos defensivos químicos, difundidos largamente na pequena produção agrícola. Na linha do manejo dos recursos hídricos, distinguem-se as barragens subterrâneas, as cisternas de placa, os poços, os tanques de pedra, as passagens molhadas e, recentemente, a disseminação da mandala⁸. Esta tecnologia

⁸ O criador desta tecnologia foi Willy Pessoa, um paraibano, que trabalhava no Sebrae como consultor de desenvolvimento sustentável. Pioneiro dessa experiência, patenteou este projeto inovador no mercado, criando a Agencia Mandalla DHSA - Organização da Sociedade Civil de Interesse Público

destaca-se pela sua singularidade. Trata-se de uma nova alternativa de organização da produção voltada para a agricultura familiar, onde se utiliza um modelo de irrigação inovador em que canteiros concêntricos com várias culturas integradas são desenvolvidos em torno de um centro d'água denominado o coração da mandala. Trata-se de um projeto holístico de produção e sustentabilidade ambiental⁹. Apesar das vantagens apresentadas, alguns pontos críticos podem ser detectados, tais como: i) para uma mandala poder operar com plena capacidade é necessário que a fonte de abastecimento de água seja assegurada, o que nem sempre tem ocorrido. Assim, existem limitações quanto ao local de sua implantação; ii) o custo com energia (seja elétrica ou a diesel) é bastante alto, o que compromete, parcialmente, a lucratividade do sistema; sobretudo quando a fonte de abastecimento d'água é distante do local onde se situa a mandala¹⁰. iii) os canais de comercialização da produção devem ser assegurados para que haja garantia de continuidade do fluxo de renda, por um lado, e não haja perda de produção, por outro lado, uma vez que os produtos obtidos não são armazenáveis; iiiii) também foi constatado que a grande diversidade de culturas praticada, tanto pode ser uma vantagem como uma desvantagem, à medida que não assegura uma quantidade de produtos requerida pela demanda.

b) o intercâmbio do saber camponês

Esse intercâmbio tem se concretizado através de encontros¹¹ de “dias de campo” e de “troca de experiências” promovidos pelos movimentos sociais (particularmente a CPT e o MST) e pelas ONGs, sobretudo as ligadas à Articulação do Semi-árido (ASA), tais como a Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (AS-PTA), o Programa de Aplicação de Tecnologias Apropriadas às Comunidades (PATAC) e o Pólo Sindical da Borborema. De acordo com Oliveira (2005:101), os intercâmbios de experiências

são práticas educativas voltadas à capacitação de pessoas interessadas em compartilhar um conhecimento construído numa área temática específica. Inicialmente utilizados apenas como recurso metodológico, os intercâmbios de experiência, como espaço educativo, têm demonstrado grande riqueza de conhecimento, resgatando o diálogo como princípio formativo que privilegia a fala entre iguais. Eles têm como núcleo pedagógico a dimensão do testemunho. Em *Pedagogia do Oprimido*, Freire escreve que o testemunho é uma das conotações principais do caráter cultural e pedagógico da revolução. Isso tem se comprovado a partir da mudança de comportamento daqueles que têm participado dos intercâmbios.

Esses momentos têm se constituído em espaços de valorização do saber camponês, de fortalecimento da circulação de informações, da construção e consolidação da consciência política, não só do pequeno produtor assentado como do pequeno produtor proprietário, arrendatário e parceiro tanto do semi-árido como do Agreste e da Zona da Mata da Paraíba. O êxito dessas trocas de saberes acha-se relacionado, sem dúvida, à existência de um processo organizativo local, ao interesse dos que delas participam, ao conhecimento da realidade presente entre os pares e à arte do “aprender fazendo” que elas comportam.

Desvendar o que acontece na sua realidade, dialogando com um semelhante que tem uma realidade parecida, vendo quais são as

(OSCIPE) - que tem por objetivo incentivar processos de desenvolvimento sustentável facilitando a aplicação e a disseminação de tecnologias sociais.

⁹ No estado da Paraíba estão em vigor cerca de 62 mandalas e 6 spins⁹, beneficiando 13 municípios e cerca de 225 famílias. Os municípios do semi-árido onde há mandalas são: Aparecida, Coxixola, São João do Tigre, Boa Vista, Sossego, Cuité, Vieirópolis, Aparecida e Cajazeiras. As primeiras mandalas foram implantadas no assentamento Acauã, situado no semi-árido, no município de Aparecida, Mesorregião do Sertão Paraibano ainda na fase de teste do projeto.

¹⁰ Dada a escassez de água e ao custo de energia necessário à sua manutenção, as mandalas do Assentamento Acauã acham-se atualmente desativadas. Só recentemente, através de negociação com o Governo do Estado é que o projeto tem sido retomado.

¹¹ Encontro de Trabalhadores Assentados da Região Semi-Árida, Encontros de Agroecologia,

possibilidades e os entraves de ver seus interesses viabilizados é um rico processo de aprendizagem. Ninguém muda uma realidade que desconhece. A problematização de uma realidade a partir de uma situação dada, em muito contribui para que seus atores possam sair do processo de desumanização em que vivem, buscando novas possibilidades. (OLIVEIRA, 2005:103)

c) a experiência dos Bancos Comunitários de Sementes (BCS)

Esta experiência teve início ainda na década de 70, do século XX, como uma forma de superação da dependência histórica dos agricultores e agricultoras familiares em relação aos patrões, aos políticos ou ao Estado para obtenção de sementes, e para dispor das mesmas nos períodos de plantio. A esse objetivo inicial foi adicionado o de preservação da diversidade biogenética, ameaçada pelo processo de oligopolização do mercado de sementes. Ela baseia-se na idéia da criação e disseminação de sementes chamadas “crioulas” ou tradicionais, também conhecidas como “sementes da paixão”, que passam de agricultor para agricultor. Sobre o Banco de Sementes, a Caritas Nordeste II, assim se exprime:

Para formar um Banco de Sementes não existe regra, pois cada comunidade tem sua dinâmica própria. No entanto, existem alguns passos que são essenciais para implementação dessa proposta. O primeiro é sensibilizar a comunidade sobre a importância e os benefícios do BCS. Para isso, os agricultores podem visitar uma comunidade que já tem experiência com esse trabalho. Em seguida, são feitas a aquisição e a distribuição das sementes tradicionais (sementes derivadas de espécies vegetais sem a utilização de agrotóxico e que constituem a base alimentar dos agricultores familiares há centenas de anos). Em Alagoas, as sementes estão sendo adquiridas dos povos indígenas Kuiopanká. Uma parte da safra é utilizada para a alimentação das famílias, a outra é armazenada no banco comunitário, para ser usada no próximo plantio. As sementes geralmente são armazenadas em garrafas peti e silos de cinco, práticas essas que variam de acordo com a organização de cada comunidade. Além da questão produtiva, o Banco Comunitário de Sementes constitui um importante espaço de discussão política, no qual a comunidade reflete sobre suas necessidades, problemas e lutas, na busca de uma maior qualidade de vida (2006).

Na Paraíba, existem mais de 200 experiências comunitárias dessa natureza. Elas contam com o apoio e incentivo de diversas organizações de ação comunitária, a exemplo da Cáritas Brasileira Regional NE2, através dos seus programas Convivência com o Semi-Árido (PCSA) e Economia Popular Solidária (EPS).

A experiência dos BCS, além de se constituir numa alternativa para que os pequenos produtores do semi-árido enfrentem os longos períodos de estiagem e garantam a alimentação das famílias, tem contribuído para o estabelecimento de laços de solidariedade entre as famílias camponesas e para a manutenção e a conservação do patrimônio genético do semi-árido como expressa a Carta de Soledade, publicada pela ASA durante a “Primeira Festa Estadual das Sementes da Paixão”.

Prática herdada, desde há muito, dos nossos avós, os estoques de sementes, guardadas pelas famílias, permitem a manutenção e conservação do patrimônio genético do semi-árido e seu livre acesso e uso, garantindo autonomia em relação às sementes. A experiência dos bancos de sementes comunitários (BSC) tem contribuído de forma determinante sendo um estoque de reserva de caráter comunitário e coletivo, estabelecendo laços de solidariedade entre as famílias. Por meio desses bancos, as famílias sócias garantem sementes de qualidade diversificadas e na hora certa para o plantio, livrando-se dos riscos da insegurança alimentar em razão da perda do ano agrícola (ASA-PB, 2004).

A expansão de redes de solidariedade, através das “sementes da paixão”, vão na contramão da política de “modernização agrícola” dominante, constituindo uma forma de resistência camponesa à subordinação à lógica capitalista de produção.

c) as feiras agroecológicas

Mais recentemente, vem se expandindo uma forma alternativa de comercialização solidária, através das feiras agroecológicas. Nelas, o produtor assentado comercializa diretamente sua produção. Estas feiras constituem “um espaço de comercialização de produtos agropecuários primários, agroindustriais e artesanais”, um “espaço de construção educativa e solidária entre agricultores e consumidores” que tem como objetivo “a construção participativa num mercado justo”. Com base nesses princípios, essas feiras estão se disseminando do litoral ao sertão do estado da Paraíba, transformando-se num referencial “enquanto experiência exitosa de comercialização coletiva com pequenos agricultores do estado” (OLIVEIRA, 2005: 89). Essa prática tem como base a autogestão. Segundo Melo Neto (2005:92),

autogestão são maneiras de avanços para a autonomia e a liberdade, porém, sob a estrita orientação dos trabalhadores. É um estilo de produção que exige a participação e sobretudo o *controle* dos trabalhadores de todo o processo produtivo.

Outros aspectos como a inexistência da figura do patrão, a autonomia do trabalhador, o empoderamento, “enquanto tomada de consciência do poder interior que cada pessoa traz consigo e que pode ser potencializado através de uma ação coletiva” (OLIVEIRA, 2005:92), estão na base da autogestão.

À autogestão somam-se outros aspectos singulares dessa experiência:

- a partilha do conhecimento em todas as etapas do processo que vai desde a produção, o transporte dos produtos, a estruturação das barracas no local de realização da feira até a comercialização.

Enquanto na economia capitalista não é permitido aos concorrentes descobrir os segredos da produção, os trabalhadores dos empreendimentos solidários fazem exatamente o contrário. Ficam normalmente satisfeitos de “ensinar” alguma técnica nova aos demais companheiros, tanto dentro do grupo como também para com outros grupos (OLIVEIRA, 2005:97);

- a valorização do papel da mulher e dos jovens no trabalho, pois há uma participação crescente das mulheres e dos jovens nas feiras, o que tem possibilitado o surgimento de novas lideranças e a formação de grupos no interior dos assentamentos com especializações, como o grupo de mulheres voltadas para a produção de medicamentos caseiros e para o cultivo de plantas medicinais;
- a valorização do meio ambiente. Esta exprime-se através dos cuidados com a Natureza despertada através do processo educativo desencadeado com a reconversão do processo produtivo agrícola tradicional para o agroecológico e com a busca de alternativas de preservação/conservação do meio natural através de práticas de reflorestamento, de resgate de espécies vegetais nativas, de contenção de processos erosivos etc.;
- a prática educativa da economia solidária. A participação nos encontros tem permitido o crescimento da consciência política exercitada em diversas instâncias que vão desde as organizações locais até as manifestações político-partidárias.

Em suma, essas diferentes experiências apontam para o crescimento e a consolidação das formas de organização popular dos pequenos produtores rurais assentados ou não e de trabalhadores sem terra. Essa dinâmica tem permitido, no semi-árido paraibano, um movimento ascendente da participação camponesa em Sindicatos de Trabalhadores Rurais, em Associações de Pequenos Produtores, nos movimentos sociais,

com destaque para a CPT e para o MST e em ONGs. Esse processo tem tido impactos na política local.

Considerações finais

A ocupação e a estruturação do semi-árido paraibano foram presididas pelo monopólio da propriedade fundiária, pela exploração da pecuária extensiva e pelo cultivo do algodão, constituindo o que ficou conhecido na literatura como sistema gado-algodão. A estrutura aí implantada, embora menos desigual do que a da zona canavieira, não deixou de ser regida pela exploração do trabalho, extraído sob as formas da renda trabalho, renda produto e renda dinheiro, dependendo da predominância das relações de trabalho caracterizada como parceria, arrendamento e assalariamento, respectivamente. A constituição desse território de exploração permaneceu praticamente intocada até o final do século XX. O surgimento de movimentos messiânicos e do cangaceirismo foram reações pontuais que não chegaram a abalar de forma sistêmica os alicerces dos territórios de exploração estabelecidos no interior do semi-árido.

As rupturas mais sistemáticas foram registradas no final do século XX, com o surgimento dos movimentos sociais mais organizados expressos através da presença da CPT, do MST e até mesmo do movimento sindical. A reação dos trabalhadores à estrutura de exploração, sustentada pelos diferentes movimentos sociais, encontrou um macroambiente favorável: desorganização da cotonicultura e conseqüente redução do preço da terra, ascensão da cultura agro-ecológica, implementação da política fundiária por parte do governo federal. Como resultado da conjugação desses fatores tem-se a conquista da terra com a implantação de projetos de assentamento, que apesar de tímida representa o primeiro golpe desferido na estrutura fundiária do semi-árido.

A conquista da terra tem sido acompanhada de formas de organização popular que, apesar de ainda frágeis, vêm possibilitado a experimentação de processos tecnológicos e organizativos que têm contribuído para o fortalecimento tanto das pequenas unidades de produção reformadas quanto das pequenas unidades de produção não reformadas. Fortalecimento que se manifesta em diferentes planos (econômicos, tecnológicos, sociais, políticos e culturais), permitindo que se veja nessas áreas o surgimento de bases para a constituição de territórios de esperança, onde a vida não seja comandada pelos nós da exploração, mas seja construída pelos laços de solidariedade, anunciando que outras formas societárias são possíveis. Mais do que anunciando, construindo a utopia de uma sociedade solidária tanto em relação com a geração presente quanto com as gerações futuras.

Referências bibliográficas

ALENTEJANO, Paulo Roberto R. Os impactos regionais dos assentamentos rurais no Brasil. In **Anais do XII Encontro Nacional de Geógrafos**. João Pessoa: AGB, 2002. CD-ROM

ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste**: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. São Paulo: Editora Atlas S.A., 1986.

ASA-PB. **Carta de Soledade**, 2004. Acesso em: http://www.aspta.org.br/publique/media/Carta_politica_Festa_Semente_Paixao.pdf. Acesso em 10/08/2006.

BERGAMASCO, S. M. P. P. et al.. **Os impactos regionais dos assentamentos rurais em São Paulo**. Campinas: Relatório de pesquisa, 2002.

- CAMARGO, Regina. **Da luta pela terra à luta pela sobrevivência na terra**: do restate da discussão ao estudo de experiências concretas de reforma agrária na Paraíba. João Pessoa: UFPB Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, 1994.
- CAPEL, Horacio. **Filosofia y Ciencia en la Geografia Contemporanea**: una introduccion a la Geografia. Barcelona: Barcanova, 1981.
- CARITAS BRASILEIRA – NE2. Bancos comunitários de sementes. In <http://www.caritasne2.org.br/>. Acesso em 20/10/2006.
- CASTRO, Josué. **Geografia da Fome**. Rio de Janeiro: Ed. Fundo de Cultura, 1963.
- DELGADO, Guilherme da Costa. **Capital financeiro e agricultura no Brasil**. São Paulo: Editora Ícone / Editora Unicamp, 1985.
- FAO/PNUD. **Principais indicadores sócio-econômicos dos assentamentos de reforma agrária**. Brasília: INCRA, 1992.
- FERNANDES, Bernardo Mançano e MOLINA, Mônica Castagna. O Campo da Educação do Campo. In MOLINA, Mônica Castagna e JESUS, Sonia Meire S. A. de. (org.) **Por uma educação do campo**. Contribuições para a construção de um projeto de educação do campo. Brasília: Articulação Nacional do Campo. Coleção Por uma educação do Campo No. 5. 2004.
- FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. Fundo de Cultura, 1959.
- GALLIZA, Diana. *As economias açucareira e criatória no Nordeste à época colonial*. In **Revista do IHGP**. João Pessoa: Volume 24, 1986.
- GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA. Plano de desenvolvimento sustentável. João Pessoa, SEPLAN, 1997.
- GUATTARI, F. e ROLNICK, S. **Micropolítica**: Cartografias do desejo. Petrópolis: Vozes, 1986.
- HAESBAERT, Rogério. **Des-territorialização e identidade** – a rede “gaúcha” no nordeste. Niterói: EDUFF, 1997.
- _____ **Territórios Alternativos**. Niterói: EdUFF; São Paulo: CONTEXTO, 2002.
- HEREDIA, Beatriz et al. Os impactos regionais da reforma agrária: um estudo a partir de áreas selecionadas. Rio de Janeiro: Relatório final de pesquisa, 2001 (mimeo)
- IENO NETO, G., BAMAT, T. (coord.) Qualidade de vida e reforma agrária na Paraíba. João Pessoa, UNITRABALHO/UFPB, 1998.
- INCRA. **Relação das Áreas de Assentamento do Estado da Paraíba**. INCRA-PB: 2006.
- JOFFILY, Irineo. **Notas sobre a Paraíba**. Brasília: Thesaurus Editora, 1977.
- LEFÈBVRE, Henri. **La production de l'espace**. 3a. Ed. Paris :1986.
- MANCE, Euclides André. **A revolução das redes** – A colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização atual. In CEPAT – Informa, Ano 4, N.46, pg. 10-19, 1998. Disponível em www.milenium.com.br/mance/rede.htm
- MEDEIROS, Leonilde Servolo de et al. **Os impactos regionais dos assentamentos rurais no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Relatório de Pesquisa, 2002.

- MELO, José Otávio de Arruda. **História da Paraíba: lutas e resistência**. João Pessoa: A União Editora, 1994.
- MELO NETO, José Francisco de. Autogestão. In CANDEIAS, C. N. B., MACDONALD, José Brendan, MELO NETO, J. F. **Economia solidária e autogestão: ponderações teóricas e achados empíricos**. Maceió: EDFUL, 2005.
- MOREIRA, Emília e TARGINO, Ivan. **Capítulos de geografia agrária da Paraíba**. João Pessoa: Editora Universitária, 1997.
- MOREIRA, Emília; TARGINO, Ivan; MENEZES, Marilda Aparecida de. **Impactos dos assentamentos rurais na Zona Canaveira do Nordeste**. João Pessoa: Relatório técnico de pesquisa. CPDA, UFRJ/NuAP-Museu Nacional, 2001a.
- MOREIRA, Emília; TARGINO, Ivan; MENEZES, Marilda Aparecida de. Impactos da política fundiária sobre o espaço urbano na Zona da Mata paraibana: as mudanças na dinâmica do comércio e das feiras livres. In ARAGÃO, Paulo Ortiz Rocha de e GLAVANIS, Pandeli Michel (org). **Globalização e ajuste estrutural: aspectos sócio-econômicos**. João Pessoa, Editora Universitária, 2001b.
- MOREIRA, Emília; TARGINO, Ivan; IENO NETO, Genaro. Organização interna dos assentamentos rurais na Paraíba: caminhos e armadilhas das formas associativas. In Revista do Núcleo de Estudos sobre Reforma Agrária. **Série Estudos n. 3** Presidente Prudente, julho de 2000. p. 45-57.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In. CARLOS, Ana Fani Alessandri (org). **Novos Caminhos da Geografia**. São Paulo:Contexto, 2002.
- OLIVEIRA, Rosângela Alves. Educação popular na economia solidária: uma ponte para a construção do novo. In CANDEIAS, C. N. B., MACDONALD, J. B., MELO NETO, J. F. **Economia solidária e autogestão: ponderações teóricas e achados empíricos**. Maceió: EDFUL, 2005.
- PRADO, Caio. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1958.
- RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.
- SANTANA, M. de O. **Atlas das áreas susceptíveis à desertificação no Brasil**. João Pessoa: Editora Universitária, 2006 (no prelo).
- SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova**. São Paulo: HUCITEC, 1980.
- _____. **A Natureza do Espaço – técnica e tempo – razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 2ª ed. , 1997.
- _____. **Metamorfoses do espaço habitado**. S. Paulo: Hucitec, 4ª ed., 1996.
- _____. Prefácio. In: HAESBAERT, Rogério. **Des-territorialização e identidade – a rede “gaúcha” no nordeste**. EDUFF, Niterói: 1997.
- São Paulo: Hucitec, 4ª ed., 1996.
- SUERTEGARAY, Dirce. Espaço geográfico uno e múltiplo. In **Scripta Nova**, Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales n. 93 , Barcelona, julho de 2001.
- TAKEYA, D. M. **Um outro Nordeste: o algodão na economia do Rio Grande do Norte (1880-1915)**. Fortaleza: BNB/ETENE, 1985.

TARGINO, Ivan e MOREIRA, Emília **Transformação do espaço agrário paraibano e conflitos de terra**. João Pessoa, CME/UFPB, Texto para Discussão n. 53,. 1985. 23 p.

TARGINO, Ivan e MOREIRA, Emília. Municipalização das políticas públicas e desenvolvimento municipal: o caso da Paraíba. João Pessoa, CME/UFPB, **Série Relatórios de Pesquisa**, nº 8, 1998.

TARGINO, Ivan; MOREIRA, Emília. Desempenho da agropecuária paraibana na década de 1990. In CAMPOS, F. L.; MOREIRA, I. T.; MOUTINHO, L. M. G. **A economia paraibana: estratégias competitivas e políticas públicas**. João Pessoa: Editora Universitária, 2006.

Recebido em junho de 2007
Aprovado em junho de 2007